

**AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO  
MUNICÍPIO DE CAMBÉ - CAMBÉ PREVIDÊNCIA.REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE  
INVESTIMENTOS ATA Nº 079**

Ao décimo sétimo dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um (2021), às 07h30m na sede desta Autarquia Cambé Previdência, reuniram-se os membros nomeados de acordo com o Decreto Municipal nº 018/2020, para reunião ordinária do Comitê de Investimentos da Autarquia Cambé Previdência onde estavam presentes eu, Luciana Kaguiama, juntamente a senhora Andréia Cristina da Silva e o senhor Eduardo Anzola Pivaro. Pauta: 1) Análise do Demonstrativo Financeiro de julho/2021 e rendimentos das aplicações financeiras através de extratos e relatórios eletrônicos; 2) cenários político e econômico; 3) Alocação de recursos previdenciários. Sobre o primeiro item da pauta, o resultado dos rendimentos das aplicações financeiras em 30/07/2021 foi de (R\$ 703.704,63), corroborando com o resultado mensal de (R\$ 909.110,88). Item 2) da pauta: Cenários político e econômico: RETROSPECTIVA: Agenda econômica e política bem movimentada na última semana em âmbito nacional, que acabou pesando negativamente nos mercados, onde o Ibovespa acabou recuando 1,31% no fechamento da semana. Nos principais destaques da semana, temos a divulgação do IPCA de julho, pelo IBGE, que alcançou 0,96% no mês, sendo o maior valor para um mês de julho desde 2002, acumulando alta de aproximadamente 9% no ano, puxado principalmente pela energia elétrica e pelos combustíveis. Seguindo essa linha de inflação acelerada, tivemos a divulgação da Ata do COPOM, que reforçou o compromisso em trazer a inflação para o centro da meta em 2022, trabalhando com os juros acima dos patamares neutros. No cenário político, reforçando as discussões em relação ao quadro fiscal, que segue se mostrando desafiador, digno de espantar os investidores dos ativos de risco, tivemos a PEC dos precatórios. A PEC que trata sobre o parcelamento da dívida mais longa em 10 anos, eleva a tensão dos mercados em relação ao teto do orçamento, que sem o parcelamento não comporta os R\$ 90 bilhões destinado para a causa. Fato que também impossibilita o Auxílio Brasil, que foi apresentado na semana, mas ainda não foi melhor detalhado. RELATÓRIO FOCUS: Para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a projeção subiu, de 6,88% para 7,05% em 2021. Para 2022, a previsão para o IPCA também subiu, de 3,84% para 3,90%. Para 2023, as estimativas ficaram em 3,25%. Para 2024, as projeções ficaram em 3,00%. Para a taxa Selic, os analistas elevaram de 7,25% para 7,50% em 2021. Para 2022, a taxa ficou também em 7,50%. No ano seguinte, a projeção foi mantida em 6,50% e também para 2024. PERSPECTIVA: Um ponto de atenção é em relação a crise hídrica que passamos, principalmente devido a sua contribuição para a aceleração da inflação, devido a sazonalidade do período. As expectativas positivas em relação ao Brasil, passam por um processo de imunização mais eficiente. Teremos agora que acompanhar as decisões do Bancos Centrais em relação a política monetária, que indica seguir com medidas contracionistas, tendo em vista o plano de vacinação em prática, a aceleração da inflação e os estímulos que seguem sendo despejados na economia. Os dados indicam uma pressão no curto prazo nos preços ao consumidor amplo e isto pode levar o Banco Central a intensificar as discussões sobre o ritmo das reformas. Podendo se esperar mais mudanças na taxa de juros no futuro próximo, como já é adiantado no relatório semanal do Banco central. Devemos observar também o processo de imunização da população brasileira com novas vacinas podendo entrar no plano inicial e agora com possível produção nacional com a ButantanVac. A preocupação com o quadro fiscal, o grave endividamento e teto de gastos, restando apenas esperar que o acordado seja respeitado, caso o desajuste fiscal aconteça, além de gerar desconfiança dos investidores estrangeiros, geraria um aumento inesperado e brusco na taxa de juros, por esse motivo, e do risco Brasil, fato que seria prejudicial para a o momento atual da economia. Apesar de todas as oscilações de mercado, as expectativas seguem sendo o plano de vacinação contra a Covid-19 e toda a pauta de reforma que segue sem definição pelo governo. O mais recomendado para o atual momento é a cautela ao assumir posições mais arriscadas no curto prazo, a volatilidade nos mercados deve se manter sem ainda a desenhar um horizonte claro, em

razão principalmente pelo nosso cenário político. Item 3) da pauta: Alocação de recursos previdenciários. Seguimos com o planejamento acordado nas reuniões anteriores, realocando a terceira parcela dos investimentos nos seguintes fundos: R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) no fundo: CNPJ 26.269.692/0001-61 Itaú Private Multimercado S&P500; e R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) no fundo: Caixa FI Brasil IDKA IPCA 2A RF LP, sendo que acreditamos ser a melhor opção para o momento, objetivando a meta atuarial, com vistas na rentabilidade acumulada e nas perspectivas de continuidade de ganhos tendo em vista o cenário político e econômico atual. No dia 10 deste mês a Presidente deste Comitê recebeu a empresa Grid Investimentos, onde foram apresentados os fundos de investimentos recomendados pelos seus representantes. Porém, cabe ressaltar que a Grid Investimentos não possui e até o momento não solicitou credenciamento junto a este RPPS. Nada mais havendo a relatar eu, Luciana Kaguiama encerro a presente ata que se de acordo, será assinada por mim e pelos demais membros.

  
**Andréia Cristina da Silva**  
Presidente

  
**Eduardo Anzola Pivaro**  
Membro

  
**Luciana Kaguiama**  
Membro/Secretária